

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

**E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
EM 31 de DEZEMBRO DE 2024**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstração dos resultados.....	8
Demonstração dos resultados abrangentes.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional.....	12
2 Base de preparação	13
3 Sumário das principais políticas contábeis.....	14
4 Caixa e equivalentes de caixa	23
5 Ativos financeiros.....	23
6 Contas a receber de clientes.....	24
7 Cotas em fundos de investimentos em direitos creditórios	25
8 Impostos e contribuições a recuperar	26
9 Outros créditos	26
10 Imposto de renda e contribuição social	27
11 Investimentos.....	28
12 Imobilizado.....	29
13 Intangível	30
14 Fornecedores conveniados	31
15 Créditos não consumidos pelos usuários	31
16 Salários, provisões e encargos sociais	31
17 Contingências	32
18 Impostos e contribuições a recolher	33
19 Outros débitos e valores.....	33
20 Garantia de investimentos	34
21 Partes relacionadas	34
22 Patrimônio líquido	35
23 Receita operacional	36
24 Custos dos serviços prestados.....	37
25 Despesas com pessoal.....	37
26 Despesas gerais e administrativas.....	38
27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	38
28 Receitas (despesas) financeiras, líquidas	39
29 Gerenciamento de riscos.....	39
30 Eventos subsequentes	45

Relatório de Administração

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. No exercício, a UP Brasil registou prejuízo de R\$ 812 mil, patrimônio líquido de R\$ 69.237 milhões e ativos totais de R\$ 336.518 milhões.

Apesar do resultado econômico apresentado, em 2024 a Companhia liquidou todo o endividamento com partes relacionadas, consolidando o movimento de independência financeira iniciado em 2023 em que liquidou o endividamento com bancos, além de manter o foco no reposicionamento da marca UP, com um portfólio de produtos diversificado e flexível totalmente voltado para oferecer bem-estar aos nossos usuários. Sempre com o olhar atento de todo o Comitê Executivo da Companhia aos processos e sistemas internos, estrutura, eficiência e evolução do negócio, investimos em automações e uso de inteligência artificial para garantir processos simplificados, confiáveis e ágeis que proporcionem cada vez mais satisfação aos nossos clientes.

Sabemos que questões ainda pendentes de regulamentação introduzidas pela nova regulamentação do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, como a interoperabilidade e a portabilidade, podem trazer mudanças ao mercado de benefícios ao fornecerem mais flexibilidade e escolha para os trabalhadores, e estamos atentos e confiantes de que tais medidas possam impulsionar a inovação e o crescimento do setor de benefícios.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e a todos os nossos parceiros, fornecedores e clientes pelo apoio e confiança depositados.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos sócios e administradores da
UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da UP Brasil Administração e Serviços Ltda. (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção a seguir intitulada “**Base para Opinião com Ressalva**”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da UP Brasil Administração e Serviços Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme informado na nota explicativa nº 30, a UP Brasil possuía decisões judiciais favoráveis em relação a liminar envolvendo matéria tributária, no valor total de R\$ 8 milhões, que foram revogadas em 19 de março de 2025, por meio de um mandado de segurança coletivo que dava sustentação à tese da Companhia. O referido valor não foi provisionado pela UP Brasil, em 31 de dezembro de 2024. Por se tratar de obrigação presente existente na data das demonstrações financeiras, as normas contábeis determinam a necessidade de provisionamento integral dos valores envolvidos. Consequentemente, o patrimônio líquido e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados a maior em R\$ 8 milhões.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 05 de maio de 2025

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

Douglas Souza De Oliveira

C22A2918F3EF48E...

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	65.060	67.224	86.450	93.132	Fornecedores conveniados	14	124.261	146.885	124.261	146.885
Ativos financeiros	5	15.839	14.642	17.259	15.637	Créditos não consumidos pelos usuários	15	67.583	70.959	67.583	70.959
Contas a receber de clientes	6	81.384	105.189	148.719	181.064	Salários, provisões e encargos sociais	16	6.270	6.492	6.287	6.492
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	90.113	102.574	-	-	Impostos e contribuições a recolher	18	1.377	1.430	1.379	1.430
Valores a receber de partes relacionadas	21	1.859	-	1.671	-	Valores a pagar a partes relacionadas	21	1.001	240	1.021	240
Impostos e contribuições a recuperar	8	10.617	1.535	10.437	1.535	Garantia de investimentos	20	14.135	13.123	14.135	13.123
Outros créditos	9	20.538	18.977	20.680	18.977	Outros débitos e valores	19	14.251	19.804	14.219	20.008
Total do ativo circulante		285.410	310.141	285.216	310.345	Total do passivo circulante		228.879	258.933	228.885	259.137
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	38.695	42.269	38.695	42.269	Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	4.271	-	4.271
Garantia financeira com contingências	17	524	524	524	524	Provisões para contingências	17	38.396	34.075	38.396	34.075
Investimentos	11	-	-	-	-	Total do passivo não circulante		38.396	38.346	38.396	38.346
Imobilizado	12	2.588	3.175	2.592	3.175	Patrimônio líquido					
Intangível	13	9.295	7.706	9.491	7.706	Capital social	22	158.458	154.946	158.458	154.946
Total do ativo não circulante		51.102	53.674	51.302	53.674	Reserva especial ágio na incorporação	10	42.885	42.885	42.885	42.885
Total do ativo		336.512	363.815	336.518	364.019	Prejuízos acumulados		(132.106)	(131.295)	(132.106)	(131.295)
						Total do patrimônio líquido		69.237	66.536	69.237	66.536
						Total do passivo e patrimônio líquido		336.512	363.815	336.518	364.019

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita Líquida	23	73.728	82.849	111.899	119.830
Custo dos serviços prestados	24	(34.574)	(35.725)	(34.574)	(35.725)
Lucro bruto		39.154	47.124	77.325	84.105
Despesas com pessoal	25	(42.458)	(45.449)	(42.477)	(45.449)
Provisão para perdas	26	(2.679)	(4.207)	(2.205)	32.656
Despesas com vendas		(8.069)	(44.605)	(8.105)	(44.605)
Despesas operacionais		(12.454)	(13.779)	(12.456)	(13.779)
Despesas administrativas		(5.276)	(5.661)	(6.200)	(6.825)
Despesas tributárias		(794)	(867)	(794)	(867)
Despesas gerais e administrativas	26	(26.593)	(26.884)	(27.555)	(66.076)
Amortização e depreciação	12/13	(4.736)	(6.300)	(4.740)	(6.300)
Outras receitas		2.115	2.470	2.098	2.481
Outras Despesas		(16.121)	(15.195)	(24.085)	(15.197)
Outras receitas (Despesas)	27	(14.006)	(12.725)	(21.987)	(12.716)
Resultado antes das receitas (Despesas) financeiras líquidas e impostos		(51.318)	(48.441)	(21.639)	(13.780)
Resultado financeiro	28	54.212	56.411	24.402	21.750
Resultado de equivalência patrimonial	11	(131)	-	-	-
Resultado antes dos impostos		2.763	7.970	2.763	7.970
Imposto de renda e contribuição social - corrente	10	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10	(3.574)	(2.704)	(3.574)	(2.704)
		(3.574)	(2.704)	(3.574)	(2.704)
Lucro/ (Prejuízo) do exercício		(811)	5.266	(811)	5.266
Resultado por ação					
Prejuízo por quota - (158.458.108 quotas, em R\$)		0,0000051	(0,0000340)	0,0000051	(0,0000340)
Resultado por ação - diluído (em R\$)					

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.**Demonstração dos resultados abrangentes**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro/ (Prejuízo) do exercício	(811)	5.266	(811)	5.266
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>(811)</u>	<u>5.266</u>	<u>(811)</u>	<u>5.266</u>

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)**

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido atribuído aos controladores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022		154.946	42.885	(136.561)	61.270	61.270
Aumento de capital	22	-	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	5.266	5.266	5.266
Total de contribuições, distribuições e constituição de reservas		-	-	5.266	5.266	5.266
Saldo em 31 de dezembro de 2023		154.946	42.885	(131.295)	66.536	66.536
Aumento de capital	22	3.512	-	-	3.512	3.512
Prejuízo do exercício		-	-	(811)	(811)	(811)
Total de contribuições, distribuições e constituição de reservas		3.512	-	(811)	2.701	2.701
Saldo em 31 de dezembro de 2024		158.458	42.885	(132.106)	69.237	69.237

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/ (Prejuízo) do exercício	(811)	5.266	(812)	5.266
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	4.736	6.300	4.749	6.300
Provisão para contingências	15.733	12.764	15.733	12.764
Equivalência patrimonial	131	-	-	-
Provisão para perdas esperadas	2.679	4.201	2.205	(32.656)
Provisões para contas a pagar	2.996	6.261	2.996	6.261
Resultado de variação cambial	94	(36)	94	(36)
Provisão para pagamento de PLR	1.456	1.272	1.456	1.272
Provisão de juros com partes relacionadas	436	678	436	678
Ganho ou perda na baixa de imobilizado	31	(2.205)	31	(2.205)
Perda na baixa de outros ativos	(1.334)	(76.044)	(1.334)	(38.022)
Crédito tributário	3.574	2.704	3.574	2.704
Ajustes sobre o prejuízo	30.532	(44.105)	29.940	(42.939)
Variações em:				
Ativos financeiros	(1.197)	(1.439)	(1.622)	(1.555)
Contas a receber de clientes	22.460	128.433	31.474	110.554
Fundos de investimentos em direitos creditórios	12.461	(36.003)	-	-
Outros créditos	(1.561)	(4.083)	(1.703)	(4.083)
Impostos a recuperar	(9.082)	3.246	(8.902)	3.246
Partes relacionadas	(5.899)	(9.009)	(5.691)	(9.009)
Fornecedores conveniados	(22.624)	9.915	(22.624)	9.915
Créditos não consumidos pelos usuários	(3.376)	7.145	(3.376)	7.145
Salários, provisões e encargos sociais	(1.678)	(1.583)	(1.659)	(1.583)
Impostos e contribuições a recolher	(52)	381	(51)	381
Pagamento de contingências	(11.412)	(7.593)	(11.412)	(7.593)
Outros débitos e valores	(8.619)	(15.786)	(8.787)	(15.692)
Garantia de Investimentos	1.012	1.270	1.012	1.270
Fluxo de caixa proveniente das (Utilizado nas) atividades operacionais	(29.567)	74.894	(33.341)	92.996
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos	(61)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(1.532)	(2.058)	(1.536)	(2.058)
Aquisição de intangível	(4.220)	(2.080)	(4.428)	(2.080)
Baixa / Alienação de imobilizado	11	9.423	11	9.423
Baixa / Alienação de intangível	(28)	(117)	(28)	(117)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(5.830)	5.168	(5.981)	5.168
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	-	(10.608)	-	(10.608)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	3.512	-	3.512	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	3.512	(10.608)	3.512	(10.608)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(2.164)	30.615	(6.682)	49.882
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	67.224	36.609	93.132	43.250
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	65.060	67.224	86.450	93.132
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(2.164)	30.615	(6.682)	49.882

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A UP Brasil Administração e Serviços Ltda. (“Companhia”), situada no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.306, conjunto 51, sala 01, Jardim Paulistano, São Paulo, tem como principal objeto social a prestação de serviços na implantação, intermediação, administração e fiscalização de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza, por meio de intermediação e fornecimento, às empresas clientes de cheques, cartões, vales e cupons, impressos em papel ou plástico, oriundos de tecnologia adequada, destinados à aquisição de refeições prontas ou gêneros alimentícios “in natura”, e combustível em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, bares, hotéis, supermercados, livrarias, postos de gasolina entre outros, por seus funcionários.

A Companhia foi adquirida em 31 de maio de 2015 por meio da holding nacional CDHI Brasil Participações Ltda. (“CDHI”) da Up Groupe Internationale (antes Le Chèque Déjeuner) Companhia francesa, a qual é uma das três maiores empresas do mundo no setor de benefícios, para dar início às operações da UP Brasil. A UP Brasil opera, portanto, num contexto de empresa multinacional, seguindo orientações estratégicas do controlador UP Groupe na França.

Em 17 de janeiro de 2016 a Up Groupe Internationale criou a Up Groupe Invest Participações Ltda (holding) através da cessão integral de suas cotas da CDHI Brasil Participações Ltda. Em 18 de março de 2016, a Up Groupe Invest Participações Ltda. tornou-se acionista da FBR Soluções e Participações S.A. (“FBR”) ao ceder a integralidade de suas cotas da CDHI Brasil Participações Ltda. Dessa forma, a CDHI passou a ser controlada direta da FBR.

Em 01 de dezembro de 2024, a empresa FBR Soluções Participações S.A foi incorporada através da 45ª Alteração Societária pela empresa UP Groupe Invest Participações Ltda, transferindo todas suas quotas totalmente integralizadas. Com essa incorporação, a Companhia passou a ser controlada direta da UP Groupe Invest Participações Ltda.

Relação de entidades controladas e consolidadas

As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas (veja política contábil na Nota Explicativa nº 4).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de sua coligada direta:

- 10% - I-Scaneo Administração de Despesas Ltda. - Direta

Incluem ainda o Fundo de Direito Creditório (FIDC) listado abaixo e cujo detalhamento está demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

- FIDC Policard II do qual a Companhia é detentora de 100% das cotas em 2024 (100% em 2023).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade - Em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 05 de maio de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.

Em 2024 não foram identificadas alterações relevantes nos pronunciamentos contábeis que impactassem diretamente as demonstrações financeiras da Companhia. Durante o exercício presente, não houve alterações significativas no CPC que exigissem ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras. A Companhia continuou a cumprir integralmente todas as obrigações legais e regulatórias aplicáveis, mantendo-se em conformidade com as normas contábeis e fiscais em vigor.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas está de acordo com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes: mensuração da provisão para perdas esperadas dos recebíveis
- Nota Explicativa nº 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: reconhecimento do ativo fiscal diferido
- Nota Explicativa nº 12 - Imobilizado: utilização de taxas de depreciação diferenciadas da taxa fiscal
- Nota Explicativa nº 13 - Intangível: utilização de taxas de amortização diferenciadas da taxa fiscal
- Nota Explicativa nº 17 - Contingências: mensuração do valor de provisão de contingências

- Nota Explicativa nº 29 - Gerenciamento de riscos: premissas da estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os empréstimos e recebíveis, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos — ou tem direito sobre os — retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência às políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Policard II (“FIDC Policard II”), uma vez que este representa entidade de propósito específico, em que as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia.

No processo de consolidação do FIDC Policard II, foram realizadas, quando aplicável, eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e os fundos.

(ii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e os passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou no prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro deve ser reconhecido de acordo com a estratégia de negócio, podendo ser: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”). Não houve impactos relevantes notados para a classificação de Instrumentos Financeiros próprios em função da adoção do CPC 48.

Segundo o CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mensurados pelo custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria “Outros passivos financeiros”.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso não atenda aos critérios de classificação de mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

As contas a receber são avaliadas pelo valor da prestação do serviço e inclui, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço.

A provisão para perdas estimadas é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do ajuste a valor presente não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Provisão para perdas esperadas

A Companhia faz a análise de seus clientes e suas devidas movimentações e pagamentos, e registra provisão baseada em estimativas ponderadas pela probabilidade de não pagamento por

faixa de vencimento, consoante ao CPC 48, exceto nos casos em que exista acordo com os clientes.

Conforme facultado pelo CPC 48, a Companhia utiliza o expediente prático no cálculo da provisão para perdas esperadas, que é efetuado com base em estimativas ponderadas pela probabilidade de não pagamento por faixa de vencimento (*aging list*), segmentado pelas linhas de serviço da Companhia. Os valores de provisão registrados são a diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa esperados pela Companhia.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- Os custos de materiais e de mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, estas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Em 2023, em virtude da descontinuidade do produto “correspondente bancário”, a Companhia baixou o imobilizado registrado nas rubricas de “máquinas e equipamentos” e “terminais de pagamento – POS”, cujos bens estavam ligados diretamente a essa atividade. Os movimentos de baixa do imobilizado e suas respectivas depreciações estão evidenciados na nota explicativa nº 11.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data de aquisição em que são instalados e estejam disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Bens	Vida útil (anos)
Edificações e Benfeitorias	De acordo com o contrato de locação
Equipamentos de informática e telefonia	03 – 10
Máquinas e Equipamentos	04 – 10
Móveis e utensílios	10
Veículos	05

Quando existentes, ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

e. Arrendamento mercantil

Quando existentes, os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre: valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo, reconhecidos de empréstimos e financiamentos, são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2020. O pronunciamento apresenta um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer os arrendamentos com ativos identificados, com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais, inicialmente no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

f. Intangível

O intangível corresponde a ativos identificáveis sem substância física, os quais estão em poder da Companhia, possuem benefícios econômicos futuros previstos e retornos para serem usados em período superior a um ano. O reconhecimento inicial acontece quando há benefícios econômicos futuros prováveis e quando o custo pode ser mensurado de forma confiável.

Os ativos imobilizados e intangíveis devem ter o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Em 2024 não ocorreram eventos que indicassem perdas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. A Companhia revisa anualmente as principais premissas, e alterações de vida útil e valor residual são tratados como mudanças de estimativa contábil.

Intangível

Sistemas e aplicativos
Carteira de clientes
Acordo de não competição

Vida Útil

5 a 7 anos
1 a 1,5 ano
7,5 a 9 anos

g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou a UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(iii) Ativos imobilizados e intangíveis

Os ativos imobilizados e intangíveis devem ter o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Como mencionado no item f. desta nota, em 2023 a Companhia realizou as baixas dos intangíveis “Marcas e Patentes” e “Relacionamento com Clientes” uma vez que não se identificam benefícios econômicos futuros nestes ativos.

h. Estoque

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando a Companhia espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6:** Provisão para perdas esperadas
- **Nota 17:** Provisão para contingências

j. Provisões para contingências

As provisões para contingências, de quaisquer naturezas, são reavaliadas periodicamente pela Administração. As contingências de natureza judicial são avaliadas pelas possibilidades de êxito

da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. Já as contingências para contrato oneroso são avaliadas pelo benefício econômico gerado em se cumprir determinado contrato. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões para contingências em processos judiciais são constituídas sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados.

k. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo assistência médica e assistência odontológica além de plano de participação nos resultados. São concedidos basicamente em bases mensais sendo reconhecidos contabilmente desta forma. Não existem benefícios pós-emprego, fundo de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

l. Imposto de renda e contribuição social

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia avaliou as alterações introduzidas pelo ICPC 22 que trata da incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos em relação à questionamentos por parte das autoridades fiscais e tributárias, visto que todas as adições e exclusões estão seguindo criteriosamente a legislação tributária que as rege. Sendo assim, considerou que é altamente provável que todas sejam aceitas.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e em empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

m. Reconhecimento de receitas

A Companhia adota o CPC 47 como base para reconhecimento de receita. Esta norma define uma estrutura extensiva para determinar quando e se uma receita será reconhecida, além de sua mensuração. O princípio fundamental do CPC 47 é o reconhecimento da receita quando as mercadorias ou serviços são transmitidos para o cliente, ao preço da transação. O momento de reconhecimento da receita de contratos com clientes, é quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos.

O reconhecimento da receita de contratos com clientes, portanto, ocorre no momento em que o controle, os benefícios e direitos decorrentes da prestação do serviço fluem para os clientes, ou seja, na realização da transação.

Em nenhum dos contratos foi identificado componente significativo de financiamento.

Serviços prestados

As receitas relativas aos serviços são contabilizadas pelos valores definidos em contrato na data da prestação do serviço e se compõem de receita de manutenção, taxa de administração de convênio com estabelecimentos credenciados, aluguel, receita de captura de transação eletrônica, entre outras. Todos os serviços são faturados mensalmente. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização ou na mensuração de seu valor.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem juros sobre receitas em investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras em fundo de investimentos em direitos creditórios), ajustes ao valor presente de ativos financeiros e alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e provisões para contingências e alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	4.855	16.770	4.857	16.776
Aplicações financeiras	60.205	50.454	81.593	76.356
Caixa e equivalentes de caixa	<u>65.060</u>	<u>67.224</u>	<u>86.450</u>	<u>93.132</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se resgatadas antes do vencimento. As aplicações financeiras referem-se à aplicação automática, operações compromissadas de debêntures e CDBs, mantendo-se indexadas nas faixas de 89 % a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2024 (89% a 101% em 2023). As aplicações são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros. A exposição a riscos em ativos financeiros está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

5 Ativos financeiros

Apresentamos, abaixo, a composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicação em títulos privados (i)	1.723	1.536	1.723	1.536
Aplicação em títulos públicos (ii)	-	-	1.420	995
Aplicações em fundos de investimento restrito (iii)	<u>14.116</u>	<u>13.106</u>	<u>14.116</u>	<u>13.106</u>
	<u>15.839</u>	<u>14.642</u>	<u>17.259</u>	<u>15.637</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são representados por CDBs que remuneravam entre 89 % e 101 % do DI.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é representado por títulos do Tesouro Nacional.

(iii) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 refere-se a cotas de fundo de investimentos que tem por objetivo acompanhar a variação da Selic investindo no mínimo 95% de sua carteira em cotas do BNP Paribas Master Cash DI FI Referenciado, que investe, exclusivamente, em títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do DI ou ainda por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Aplicação realizada para cumprir exigências da garantia financeira descrita na nota explicativa 20.

6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se a recebíveis dos produtos da Companhia, sendo benefícios como: alimentação, refeição, combustível, vale transporte, convênio entre outros.

A composição por idade dos valores a receber está apresentada a seguir:

	Controladora					
	2024			2023		
	Carteira	Provisão	Saldo Líquido	Carteira	Provisão	Saldo Líquido
Vendas a faturar (i)	2.685	-	2.685	13.353	-	13.353
A vencer	38.964	(528)	38.436	78.653	(932)	77.721
Vencidos						
Até 30 dias	5.573	(94)	5.479	6.779	(435)	6.344
De 31 a 60 dias	2.652	(273)	2.379	1.581	(596)	985
De 61 a 90 dias	2.423	(112)	2.311	627	(330)	297
De 91 a 120 dias	1.778	(132)	1.646	753	(577)	176
De 121 a 150 dias	230	(100)	130	690	(581)	109
De 151 a 180 dias	237	(119)	118	493	(432)	61
Acima de 180 dias	82.489	(54.289)	28.200	55.230	(49.087)	6.143
	137.031	(55.647)	81.384	158.159	(52.970)	105.189

- (i) Refere-se aos créditos liberados nos cartões dos usuários no último dia do ano e cujo faturamento ocorre após a devida confirmação do pagamento em conta bancária UP. As receitas advindas desses pedidos foram devidamente registradas em cada exercício correspondente conforme mencionado na nota 3(m).

	Consolidado					
	2024			2023		
	Carteira	Provisão	Saldo Líquido	Carteira	Provisão	Saldo Líquido
Vendas a faturar	2.685	-	2.685	13.353	-	13.353
A vencer	106.145	(529)	105.616	149.208	(932)	148.276
Vencidos						
Até 30 dias	9.153	(97)	9.056	10.893	(479)	10.414
De 31 a 60 dias	4.085	(3.790)	295	3.265	(1.560)	1.705
De 61 a 90 dias	2.596	(200)	2.396	918	(383)	535
De 91 a 120 dias	1.937	(293)	1.644	1.054	(647)	407
De 121 a 150 dias	382	(236)	146	985	(658)	327
De 151 a 180 dias	393	(296)	97	759	(459)	300
Acima de 180 dias	105.696	(78.912)	26.784	82.778	(77.031)	5.747
	233.072	(84.354)	148.719	263.213	(82.149)	181.064

A movimentação da provisão para perdas esperadas está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(86.790)	(114.805)
(+) Adições	(7.168)	(7.168)
(-) Reversões	2.962	1.796
(-) Baixas para prejuízo (perdas) (i)	38.028	38.028
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(52.968)	(82.149)
(+) Adições	(5.330)	(5.330)
(-) Reversões	1.317	1.791
(-) Baixas para prejuízo (perdas) (i)	1.334	1.334
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(55.647)	(84.354)

- (i) A Companhia realizou estudo minucioso sobre as contas a receber junto a empresa terceira de cobrança e identificou títulos incobráveis. Esses títulos foram baixados pela Companhia para perdas, visto a impossibilidade de recebimento. O impacto em resultado foi nulo pois as operações já estavam provisionadas.

A exposição da Companhia a riscos de crédito moeda e perdas esperadas, relacionados ao contas a receber de clientes e a outras contas, está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

7 Cotas em fundos de investimentos em direitos creditórios

	Controladora	
	2024	2023
FIDC Policard II	90.113	102.574
	<u>90.113</u>	<u>102.574</u>

FIDC Policard II (“FIDC II”)

O FIDC Policard II foi constituído em 23 de dezembro de 2011 e iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2011, sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração. O objetivo do FIDC II é a aplicação em fundos de direitos creditórios provenientes da carteira de titularidade da Companhia contra os devedores pelo uso de cartões para saque e aquisição de produtos e serviços, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em benefícios ou em folha de pagamento, por entidades da Federação, tais como União, Distrito Federal, Estados e Municípios, incluindo membros das administrações pública direta ou indireta.

O FIDC II destina-se, especificamente, a receber aplicações de investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001. A Administração e custódia da carteira do FIDC II é realizada pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e gerida pela ASK Gestora de Recursos S.A., e a cobrança realizada pela própria UP. Os investimentos no FIDC II não são garantidos pela Administradora, pelo cedente nem por mecanismo de seguro, tampouco pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os cotistas do FIDC II estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do fundo se torne negativo.

A estrutura de patrimônio do FIDC II, em 31 de dezembro de 2024, é composta de 6.616 mil (6.626 mil em 2023) quotas subordinadas juniores de titularidade da Companhia, no montante de R\$ 90.113 (R\$ 102.574 em 2023), representativas de 100% (100% em 2023) do patrimônio do FIDC II.

A Companhia atua indiretamente como agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC II. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as contas patrimoniais do fundo eram assim compostas:

	2024	2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	22.807	26.903
Contas a receber	67.333	75.876
Outros créditos	142	-
	<u>90.282</u>	<u>102.779</u>
Passivo		
Taxas de administração e gestão a pagar	169	205
Patrimônio líquido	<u>90.113</u>	<u>102.574</u>
	<u>90.282</u>	<u>102.779</u>

(i) Diminuição em cotas de fundos de investimento no FIDC II.

A controladora UP Brasil faz cessões de títulos ao fundo de forma periódica, na modalidade de cessão integral de riscos e benefícios, e, conseqüentemente, transfere seus direitos creditórios ao fundo. Abaixo seguem os saldos cedidos ao FIDC II em 2024 e 2023:

	Controladora	
	2024	2023
Cessões ao FIDC II	23.898	44.200

8 Impostos e contribuições a recuperar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de impostos a recuperar estavam compostos conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo Circulante				
IRRF a recuperar	109	111	109	111
CSLL a compensar	5	2	5	2
IRPJ a compensar (i)	7.837	1.422	7.837	1.422
PIS e Cofins a compensar	723	-	723	-
INSS a recuperar	1.763	-	1.763	-
Outros impostos	180	-	-	-
	<u>10.617</u>	<u>1.535</u>	<u>10.437</u>	<u>1.535</u>

(i) Em 2024 refere-se ao IR proveniente do resgate de cotas do fundo FIDC Policard II.

9 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo Circulante				
Valores a receber de terceiros	1.085	904	1.085	904
Adiantamentos de comissões aos representantes	117	485	117	485
Depósito / Bloqueio judicial (i)	12.238	12.870	12.238	12.870
Prêmios de seguros a apropriar	3.267	1.079	3.267	1.079
Adiantamento a fornecedores (ii)	3.670	3.440	3.671	3.440
Adiantamento a funcionários	140	165	140	165
Adiantamento CCB Eletrônica	-	14	-	14
Outros	21	20	162	20
	<u>20.538</u>	<u>18.977</u>	<u>20.680</u>	<u>18.977</u>

(i) R\$ 7.873 referem-se a valores de PIS/COFINS de receitas financeiras depositados judicialmente, cujo processo está classificado como provável perda e, portanto, contingenciado (ver nota explicativa 17). Os demais valores são depósitos trabalhistas, cíveis e bloqueios judiciais ligados a processos cujo prognóstico não exige contingenciamento ou menção.

(ii) Em 2024 e 2023, refere-se a valores adiantados a fornecedores diversos cujo faturamento se dará posteriormente.

10 Imposto de renda e contribuição social

	2024		2023
Apuração lucro real		Apuração lucro real	
Lucro antes IR/CS	2.763	Prejuízo antes IR/CS	7.970
Adições - despesas indedutíveis	21.784	Adições-despesas indedutíveis	20.719
PLR	1.456	PLR	1.272
Contingências	21.125	Contingências	15.650
Equivalência patrimonial	131	Equivalência patrimonial	-
Demais adições	(929)	Demais adições	3.797
Exclusões - Provisões	(36.856)	Exclusões - Provisões	(34.587)
PLR	(1.272)	PLR	(1.010)
PDD	-	PDD	(4.428)
Contingências	(16.804)	Contingências	(11.052)
Amortização diferido sobre ágio	(10.511)	Amortização diferido sobre ágio	(10.511)
Amortização bens intangíveis	(5.034)	Amortização bens intangíveis	(5.034)
Demais exclusões	(3.234)	Demais exclusões	(2.552)
Prejuízo Fiscal	(12.309)	Prejuízo Fiscal	(5.898)
Imposto de renda corrente	-	Imposto de renda corrente	-
Imposto de renda diferido	(3.574)	Imposto de renda diferido	(2.704)
Total	(3.574)	Total	(2.704)

Em 31 de dezembro de 2024 o crédito tributário foi registrado para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis no valor de R\$ 3.574 (R\$ 2.704 em 2023) referente ao aproveitamento do diferido sobre o ágio da incorporada CDHI (i).

Movimentação do crédito tributário

Saldo em 31 de dezembro de 2022	44.973
Constituição referente diferenças temporárias de 2023	870
Amortização Fiscal Ágio (i)	<u>(3.574)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.269
Amortização Fiscal Ágio (i)	<u>(3.574)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.695

(i) Amortização fiscal do ágio reconhecido na Companhia a partir de dezembro/2019 devido à incorporação reversa da CDHI Brasil Participações Ltda. A Companhia amortizará o valor ao longo de 12 anos (R\$ 3.574 ao ano), sendo o período de 7 anos remanescentes em 31 de dezembro de 2024.

A Administração apresentou Estudo técnico de realização do ativo fiscal diferido elaborado por consultores externos, que consideraram todos os aspectos relevantes do CPC 32 além de análise aprofundada do planejamento orçamentário da Companhia. A opinião do estudo ratifica a expectativa da Companhia de apresentar lucro fiscal suficiente para realização integral do crédito tributário reconhecido sendo:

Diferido sobre	Compensação em	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Ágio	7 anos	3.574	3.574	3.574	3.574	3.574	3.574	3.275	24.719
Diferenças temporárias	4 anos	3.731	2.528	2.528	1.979	-	-	-	10.766
Prejuízos fiscais	6 anos	-	-	-	-	1.344	1.866	-	3.210
									38.695

A Companhia, juntamente com suas controladoras, passou por um processo de reestruturação societária no qual algumas incorporações ocorreram até 2020. Nesse sentido, de acordo com cada etapa dessa reestruturação e da sinergia operacional já percebida com a simplificação e padronização dos processos, há expectativa de lucro fiscal que possibilitará o aproveitamento dos créditos tributários constituídos.

A companhia possui, ainda, créditos tributários não constituídos, decorrentes de prejuízos fiscais, que serão reconhecidos à medida que a Companhia apresentar lucro tributável suficiente para compensação.

Nos exercícios findos em 2024 e 2023, o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro real anual.

11 Investimentos

Em dezembro de 2024, a Companhia passou a investir na sociedade coligada I-Scaneo Administração de Despesas, Ltda., constituída em 2021 pela Up Groupe Invest Participações Ltda.

	2024
	I-Scaneo Administração de Despesas Ltda.
Capital social	4.961
Prejuízos acumulados	(1.615)
Prejuízo do exercício	(4.044)
Patrimônio líquido	(698)
Ações / Quotas possuídas	500.000 ações
Percentual de participação	10,08%
Valor contábil do investimento em 31 de dezembro de 2024 (i)	(70)
Capital investido	500
Resultado de equivalência patrimonial	(131)
Perda com investimentos (ii)	(439)

(i) Valor reclassificado para a conta de outros débitos e valores no balanço patrimonial relacionadas ao ajuste de participação na I-Scaneo.

(ii) Perdas relacionadas à participação de 10,08% no PL da investida.

12 Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado estão representadas conforme a seguir:

Controladora	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benefeitorias em propr. Terceiros	Veículos	Terminais eletrônicos - POS	Direito de uso (i)	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.252	423	921	235	838	5.118	862	11.649
Adições	245	8	92	-	188	-	1.525	2.058
Reclassificação	11	-	(8)	(1)	-	-	-	2
Baixas	(2.528)	-	(11)	2	(109)	(4.051)	-	(6.697)
Depreciação no exercício	(712)	(89)	(307)	(220)	(232)	(1.067)	(1.210)	(3.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	268	342	687	16	685	-	1.177	3.175
Adições	145	3	144	-	277	-	963	1.532
Ajustes	-	-	22	-	-	-	-	22
Baixas	-	(1)	(23)	-	(40)	-	-	(64)
Depreciação no exercício	(91)	(84)	(276)	(16)	(232)	-	(1.378)	(2.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	322	260	554	-	690	-	762	2.588
Consolidado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benefeitorias em propr. Terceiros	Veículos	Terminais eletrônicos - POS	Direito de uso (i)	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.252	423	921	235	838	5.118	862	11.649
Adições	245	8	92	-	188	-	1.525	2.058
Reclassificação	11	-	(8)	(1)	-	-	-	2
Baixas	(2.528)	-	(11)	2	(109)	(4.051)	-	(6.697)
Depreciação no exercício	(712)	(89)	(307)	(220)	(232)	(1.067)	(1.210)	(3.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	268	342	687	16	685	-	1.177	3.175
Adições	146	4	145	1	277	-	963	1.536
Ajustes	-	-	22	-	-	-	-	22
Baixas	-	(1)	(23)	-	(40)	-	-	(64)
Depreciação no exercício	(91)	(84)	(276)	(16)	(232)	-	(1.378)	(2.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	323	261	555	1	690	-	762	2.592

(i) Refere-se aos contratos de aluguel submetidos à aplicação da norma CPC06 (R2) a partir de 2020.

Garantias

A Companhia não possui bens dados em garantia para as operações de financiamentos nas modalidades *Leasing*, *CDC* e *FINAME*.

13 Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível estão representadas conforme a seguir:

Controladora	Sistemas e Aplicativos	Software em andamento (i)	Acordo de não competição (ii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.114	2.984	398	8.496
Aquisição	-	2.080	-	2.080
Reclassificação	2.839	(3.099)	-	(260)
Baixas	-	(145)	-	(145)
Amortização	(2.129)	-	(336)	(2.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.824	1.820	62	7.706
Aquisição	-	4.220	-	4.220
Reclassificação	3.329	(3.329)	-	-
Ajustes	28	-	-	28
Amortização	(2.597)	-	(62)	(2.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.584	2.711	-	9.295
Consolidado	Sistemas e Aplicativos	Software em andamento (i)	Acordo de não competição (ii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.114	2.984	398	8.496
Aquisição	-	2.080	-	2.080
Reclassificação	2.839	(3.099)	-	(260)
Baixas	-	(145)	-	(145)
Amortização	(2.129)	-	(336)	(2.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.824	1.820	62	7.706
Aquisição	192	4.236	-	4.428
Reclassificação	3.329	(3.329)	-	-
Ajustes	28	-	-	28
Amortização	(2.609)	-	(62)	(2.671)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.764	2.727	-	9.491

(i) Refere-se a projetos de melhoria do ambiente tecnológico da Companhia, incluindo automação e inovação, além de investimento em melhoria dos nossos aplicativos;

(ii) Intangíveis incorporados da CDHI Brasil Participações Ltda. referentes aos ativos identificados nas aquisições das ex-controladas Planinvesti Participações Ltda e Empório Card Ltda, ambas já incorporadas pela UP Brasil Adm e Serviços Ltda em 2019, e alocados conforme estudo elaborado com base no CPC 15.

A Companhia efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável para os ativos intangíveis. Em 2024 e 2023 não ocorreram eventos que indicassem perda.

14 Fornecedores conveniados

O saldo de fornecedores conveniados refere-se ao valor devido à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativo aos cartões apresentados para reembolso, cujo pagamento é realizado no prazo contratual, deduzido da receita esperada.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores conveniados	124.261	146.885	124.261	146.885
Total de fornecedores a pagar - Circulante	124.261	146.885	124.261	146.885

15 Créditos não consumidos pelos usuários

Créditos não consumidos pelos usuários referem-se ao valor de emissão dos cartões colocados em circulação e ainda não apresentados para reembolso pelos estabelecimentos comerciais credenciados.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (i)	54.669	54.391	54.669	54.391
Cartão Premiação	4.747	5.099	4.747	5.099
Cartão Convênio	1.304	-	1.304	-
Cartão Presente	974	959	974	959
Cartão Combustível	926	808	926	808
Cartão Viagem	501	554	501	554
Cartão Natal	654	437	654	437
Outros (ii)	3.808	8.711	3.808	8.711
	67.583	70.959	67.583	70.959

(i) Refere-se aos valores recebidos de clientes e destinados ao consumo dos usuários do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) na rede de estabelecimentos credenciados.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 refere-se a créditos disponibilizados para clientes pré-pagos cujo faturamento se dá no início do exercício seguinte.

16 Salários, provisões e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os salários, provisões e encargos sociais estavam assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e ordenados	-	16	-	16
Encargos sociais sobre salários e ordenados	1.360	1.718	1.366	1.718
Férias e encargos sociais	4.910	4.758	4.921	4.758
	6.270	6.492	6.287	6.492

17 Contingências

A Companhia possui processos de naturezas cível, trabalhista e tributário, todos em razão do curso normal das operações. Veja política contábil na nota 3 (j). A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência, em que considera suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	2023	Constituição	Baixa	Reversão	2024
Trabalhistas	414	156	(90)	(191)	289
Cíveis (i)	24.070	20.694	(11.322)	(5.727)	27.715
Tributárias (ii)	9.591	803	-	(2)	10.392
	<u>34.075</u>	<u>21.653</u>	<u>(11.412)</u>	<u>(5.920)</u>	<u>38.396</u>

- (i) O aumento no saldo de processos cíveis contingenciados se deve à crescente relacionada aos litígios do Produto saque, em decorrência da quantidade de novos processos, bem como alteração de prognóstico de perda para os já existentes, face aos desfechos desfavoráveis de processos semelhantes ao longo do exercício de 2023 e 2024.
- (ii) Referem-se a processos tributários, sendo R\$ 7.873 relacionados a PIS/Cofins sobre receitas financeiras depositados judicialmente e suas atualizações, visto que o processo judicial se encontra ativo e R\$ 2.921 relacionados ao processo de ISS de São Paulo (obrigações acessórias), sendo que conforme acordo de compra e venda parte do valor (R\$ 524) é de responsabilidade dos antigos acionistas.

Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não há provisão constituída. O montante classificado como possível em 2024 monta R\$ 19.440 referente a processos cíveis (R\$ 11.738 em 2023), R\$ 370 (R\$ 292 em 2023) referente a processos trabalhistas e R\$ 490 (R\$ 9.591 em 2023) referente a processos fiscais.

Além disso, a Companhia possui processo judicial ativo contra a Prefeitura de São Paulo relacionado a 4 autos de infração recebidos em 2019 cujas discussões se deram inicialmente na esfera administrativa. O processo tem valor de causa estimado em R\$ 53.724 e tem prognóstico de possível êxito. Dada a relevância dos valores envolvidos, abaixo relatamos a movimentação:

- abril/2022 - foi protocolado o “procedimento cautelar” com liminar, dando inicial à fase judicial;
- junho/2022 - protocolou-se a emenda à inicial (Ação principal);
- outubro/2022 - o cartório certificou a intempestividade da contestação da PMSP juntada nos autos da Anulatória;
- novembro/2022 - a Up peticionou requerendo o julgamento antecipado da lide ante a Revelia da PMSP;
- dezembro/2022 - o juiz encerrou a fase instrutória (não houve interesse das partes em novas provas) e abriu prazo para alegações finais. A PMSP em virtude da perda do prazo de contestação já havia se antecipado e apresentou-a em dezembro/22, e a UP apresentou as alegações finais em janeiro/2023;
- em 2023 o juiz se manifestou com pedido de perícia;
- em 2024 houve a nomeação do perito e levantamento das documentações solicitadas por ele, de maneira que encerramos o exercício no aguardo do parecer pericial.

A Companhia também possui causas cíveis ativas no montante de R\$ 14.486 (R\$ 14.226 em 2023) cuja probabilidade de ganho é considerada como provável pelos seus assessores jurídicos. A Companhia não reconhece ativos contingentes até decisão final e definitiva dos tribunais.

A Companhia constituiu garantia financeira em processos cuja motivação é anterior à administração da Companhia UP.

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Ações judiciais fiscais	524	524
	524	524
Ativo não circulante (i)	524	524

- (i) Refere-se à parte atribuída aos sócios egressos da Companhia por se tratar de causas cuja motivação é anterior à administração do Grupo UP. O montante de R\$ 524 (R\$ 524 em 2023) refere-se a causas fiscais e foi registrado no ativo circulante em conta de Garantia Financeira e não impacta o resultado da Companhia.

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ISS a recolher	160	147	160	147
PIS a recolher	60	98	60	98
COFINS a recolher	277	452	277	452
ICMS a recolher	-	3	-	3
PIS s/ receita financeira	86	87	86	87
COFINS s/ receita financeira	537	540	537	540
IRRF retido a recolher	167	20	167	20
PCC retido a recolher	78	70	79	70
IRRF - Auto retenção	13	13	13	13
Total Impostos e contribuições a recolher	1.378	1.430	1.379	1.430

19 Outros débitos e valores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a pagar - suprimentos	2.387	2.702	2.434	2.702
Provisão de contas a pagar (i)	2.996	6.261	2.996	6.261
Repasse de comissão – seguros	1.170	1.005	1.170	1.005
Repasse de comissão – multibenefícios	90	6	90	6
Arrendamentos (ii)	808	1.198	808	1.198
Créditos de saque a ceder (iii)	4.699	4.919	4.699	4.919
Outros credores diversos	2.101	3.713	2.022	3.917
Total Impostos e contribuições a recolher	14.251	19.804	14.219	20.008

- (i) Refere-se a saldos a pagar para fornecedores diversos provisionados conforme período de competência.
- (ii) Refere-se aos contratos de aluguel submetidos à aplicação da norma CPC06 (R2).
- (iii) Refere-se a títulos do Produto Saque que serão cedidas ao FIDC (Fundo de direitos creditórios) no próximo exercício.

20 Garantia de investimentos

Conforme contrato de compra e venda celebrado entre a incorporada CDHI e os vendedores da Planinvesti Participações Ltda., as partes se comprometeram a manter aplicado em fundo de investimentos parte do valor de aquisição como garantia de obrigações assumidas pelos vendedores. O saldo da garantia para a Planinvesti Participações Ltda. em 2024 era de R\$ 14.135 (R\$ 13.123 em 2023) e a movimentação ocorrida na Companhia, incorporadora da CDHI está detalhada abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.123
Resgate	(368)
Rendimentos	1.380
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.135

21 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e as suas relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

a. Transações e saldos

Controladora	2024				2023			
	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)
<u>Cost Sharing (i)</u>								
FBR Soluções e Participações S.A. (controladora direta)	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
I-Scaneo Adm. Despesas Ltda. (controlada direta e indireta)	1.859	-	681	-	-	-	-	-
Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	(110)	-	(1.758)	-	(107)	-	(2.202)
<u>Royalties (ii)</u>								
Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	(111)	-	(1.145)	-	(124)	-	(1.316)
<u>Mútuo (iii)</u>								
UP Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	-	-	(156)	-	(3.356)	-	(162)
C.D Holding Internacionale AS. (controladora indireta)	-	-	-	(280)	-	-	-	(516)
<u>Consultoria Franca (iv)</u>								
C.D Holding Internacionale AS. (controladora indireta)	-	(780)	-	(3.435)	-	(915)	-	(3.950)
<u>Garantias (v)</u>								
Sócios egressos (nota explicativa 20)	524	(14.135)	-	-	524	(13.123)	-	-
Circulante	1.859	(1.001)	-	-	-	(1.154)	-	-
Não circulante	524	(14.135)	-	-	524	(3.356)	-	-

Consolidado	2024				2023			
	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)
Cost Sharing (i)								
FBR Soluções e Participações S.A. (controladora direta)	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
I-Scaneo Adm. Despesas Ltda. (controlada direta e indireta)	1.671	-	681	-	-	-	-	-
Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	(130)	-	(1.758)	-	(107)	-	(2.202)
Royalties (ii)								
Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	(111)	-	(1.145)	-	(124)	-	(1.316)
Mútuo (iii)								
UP Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	-	-	(156)	-	(3.356)	-	(162)
C.D Holding Internacionale AS. (controladora indireta)	-	-	-	(280)	-	-	-	(516)
Consultoria França (iv)								
C.D Holding Internacionale AS. (controladora indireta)	-	(780)	-	(3.435)	-	(915)	-	(3.950)
Garantias (v)								
Sócios egressos (nota explicativa 20)	524	(14.135)	-	-	524	(13.123)	-	-
Circulante	1.671	(1.021)	-	-	-	(1.154)	-	-
Não circulante	524	(14.135)	-	-	524	(3.356)	-	-

- (i) Em setembro de 2016 foi celebrado o contrato de cost sharing, o qual refere-se ao rateio das despesas operacionais da controladora FBR Soluções Participações S.A. entre a empresa operacional da Companhia UP Brasil. Em janeiro de 2019 foi celebrado contrato de rateio (cost sharing) entre a UP Groupe Invest e a UP Brasil. Em dezembro de 2024 foi celebrado contrato de rateio entre a I-Scaneo e a UP Brasil.
- (ii) Contrato de royalties com a empresa Up Groupe Invest Participações Ltda.
- (iii) Contrato de mútuo entre Up Groupe e UP Brasil à taxa de 5% ao ano cujo valor atualizado em 01/12/2024 era de R\$ 3.512 e que foi totalmente liquidado através da integralização de capital da Up Groupe na UP Brasil (vide nota explicativa 22). Em novembro de 2021 foi firmado novo contrato de mútuo com a CD Holding Internationale com taxa 12% ao ano, que foi liquidado em novembro de 2023.
- (iv) Em janeiro de 2017 foi firmado contrato de consultoria e gestão com a C.D Holding Internationale SAS.
- (v) O saldo de ativo, refere-se à parte atribuída aos sócios egressos da Companhia por se tratar de causas judiciais cuja motivação é anterior à administração da Companhia. No passivo, conforme contrato de compra e venda celebrado entre a CDHI Brasil Participações Ltda. e os vendedores da Planinvesti Participações Ltda., as partes se comprometeram a manter aplicado em fundo de investimentos parte do valor de aquisição como garantia de obrigações assumidas pelos vendedores.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os representantes legais dos acionistas os diretores e os gerentes. A Companhia é administrada pelas holdings e seus administradores são pagos através de rateio de despesas (cost-sharing). Já os gerentes e diretores que não estão alocados nas holdings foram remunerados pela Companhia no montante de R\$ 7.050 (R\$ 6.924 em 2023).

c. Benefício a empregados

A Companhia não possui plano de benefício pós-emprego (previdência complementar) e concede aos seus funcionários os benefícios mínimos garantidos pela CLT e pelos acordos coletivos firmados com os sindicatos, tais como: seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, etc.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era composto conforme quadro abaixo:

Participação acionária			
	País	Participação	Valor (em R\$)
FBR Soluções Participações Ltda.	Brasil	100%	<u>154.945.921</u>
			154.945.921

Em 01 dezembro de 2024, através da 45ª Alteração contratual, a empresa FBR Soluções Participações Ltda foi incorporada pela sua controladora direta, UP Groupe Invest Participações Ltda, assumindo todos os elementos ativos e passivos do patrimônio da FBR que foi extinta. Em decorrência da incorporação a UP Groupe Invest Participações Ltda. passou a ser a controladora direta da Companhia.

Ademais, a sócia decidiu aumentar o capital social da Companhia mediante capitalização de crédito detido por esta decorrente de contrato de mútuo celebrado com a UP Brasil em 17.12.2021 e cujo valor total atualizado, incluindo principal e juros, até 30.11.2024, era de R\$ 3.512.187,00 (três milhões, quinhentos e doze mil, cento e oitenta e sete reais) convertidos em novas quotas, todas idênticas no valor de R\$ 1.00 (um real) cada.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é composto:

Participação acionária			
	País	Participação	Valor (em R\$)
Up Groupe Invest Participações Ltda.	Brasil	100%	<u>158.458.108</u>
			158.458.108

b. Dividendos

Conforme estabelecido no Contrato Social da Companhia, os lucros devem ser destinados segundo decisão dos sócios, de forma proporcional às suas participações no Capital Social da Companhia. Em 2024, a Companhia não distribuiu dividendos pois não apresentou lucro e em 2023, apesar de ter obtido lucro anual, optou pela não distribuição visto que ainda apresentava saldo de prejuízos acumulados a compensar.

23 Receita operacional

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta de serviços	<u>91.726</u>	<u>110.786</u>	<u>129.897</u>	<u>147.767</u>
(-) Impostos e deduções sobre serviços:				
Descontos incondicionais concedidos (i)	(8.653)	(17.341)	(8.653)	(17.341)
ISS	(1.833)	(2.149)	(1.833)	(2.149)
PIS	(1.340)	(1.507)	(1.340)	(1.507)
COFINS	<u>(6.172)</u>	<u>(6.940)</u>	<u>(6.172)</u>	<u>(6.940)</u>
Receita líquida de serviços	<u><u>73.728</u></u>	<u><u>82.849</u></u>	<u><u>111.899</u></u>	<u><u>119.830</u></u>

(i) Diminuição expressiva na linha de descontos incondicionais concedidos devido à nova Lei do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) publicada em agosto de 2023 que proibiu a cobrança de taxa negativa.

24 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Estrutura de Concessionárias	(10.700)	(9.117)	(10.700)	(9.117)
Links e comunicação com POS	(3.044)	(6.348)	(3.044)	(6.348)
Infraestrutura de Tecnologia	(2.089)	(1.852)	(2.089)	(1.852)
Aluguel CPTM	(3.917)	(4.260)	(3.917)	(4.260)
Data Center	(1.635)	(2.521)	(1.635)	(2.521)
Fidelização de clientes (i)	(6.205)	(1.648)	(6.205)	(1.648)
Impressos	(207)	(175)	(207)	(175)
Confecção de cartão	(1.728)	(1.070)	(1.728)	(1.070)
Manutenção de POS	-	(1.448)	-	(1.448)
Telefonia	(98)	(133)	(98)	(133)
Tarifa de serviços - Banco 24 Horas	(78)	(539)	(78)	(539)
Ente Consignante	(766)	(283)	(766)	(283)
Credenciamentos	(336)	(1.124)	(336)	(1.124)
Seguro/Fiança	(673)	(971)	(673)	(971)
Outros custos	(3.098)	(4.236)	(3.098)	(4.236)
	<u>(34.574)</u>	<u>(35.725)</u>	<u>(34.574)</u>	<u>(35.725)</u>

(i) Com a mudança da Lei do PAT e a impossibilidade na cobrança de taxa negativa (descontos), houve aumento nos gastos com fidelização de clientes (bonificação de usuários) em 2024.

25 Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remunerações e encargos	(31.376)	(32.906)	(31.392)	(32.907)
Benefícios	(5.175)	(5.686)	(5.177)	(5.685)
Férias e encargos	(2.529)	(3.466)	(2.530)	(3.466)
13º salário e encargos	(1.928)	(2.138)	(1.928)	(2.138)
Participação no resultado	(1.450)	(1.253)	(1.450)	(1.253)
	<u>(42.458)</u>	<u>(45.449)</u>	<u>(42.477)</u>	<u>(45.449)</u>

26 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para perdas esperadas	(2.679)	(4.207)	(2.205)	(5.372)
Despesas comerciais	(5.590)	(5.260)	(5.626)	(5.260)
Despesas operacionais	(5.459)	(4.483)	(5.460)	(4.483)
Assessoria e consultoria	(5.120)	(6.271)	(5.121)	(6.271)
Perdas com recebíveis	(1.334)	-	(1.334)	-
Despesas prediais e de ocupação	(1.111)	(1.178)	(1.112)	(1.178)
Manutenção e conservação de bens	(239)	(452)	(239)	(452)
Comunicação	(74)	(240)	(74)	(240)
Auditoria	(301)	(535)	(301)	(535)
Serviços de terceiros	(192)	(90)	(192)	(90)
Despesas bancárias	(122)	(132)	(122)	(132)
Serviços do sistema financeiro	-	-	(923)	(1.165)
Impostos e taxas	(638)	(680)	(638)	(679)
Materiais de escritório	(75)	(87)	(75)	(87)
Royalties	(1.145)	(1.316)	(1.145)	(1.316)
Serviços administrativos CD Holdings	(3.435)	(3.950)	(3.435)	(3.950)
Custo com holdings	(1.758)	(2.210)	(1.758)	(2.210)
	<u>(29.272)</u>	<u>(31.091)</u>	<u>(29.760)</u>	<u>(33.420)</u>
PDD	(2.679)	(4.207)	(2.205)	(5.372)
Despesas administrativas	(26.593)	(26.884)	(27.555)	(28.048)

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ganho na venda de imobilizado	45	237	45	237
Receitas com partes relacionadas (nota explicativa 21)	681	-	613	-
Receita garantia financeira	164	-	164	-
Recuperação crédito de impostos	-	2.149	-	2.149
Outras receitas	1.465	86	1.516	95
Subtotal - Outras receitas	<u>2.355</u>	<u>2.472</u>	<u>2.338</u>	<u>2.481</u>
Provisão para contingências	(4.321)	(5.703)	(4.321)	(5.703)
Perdas com causas judiciais	(11.412)	(8.351)	(11.412)	(8.351)
Provisão para contrato oneroso (i)	-	1.105	-	1.105
Despesa com aquisição de carteiras	-	(16)	-	(16)
Perda com alienação de imobilizado	(13)	(2.442)	(13)	(2.442)
Contribuições e doações	(60)	(31)	(60)	(31)
Perdas indedutíveis	-	(203)	-	(203)
Outras despesas (ii)	(555)	444	(8.519)	444
Subtotal - Outras despesas	<u>(16.361)</u>	<u>(15.197)</u>	<u>(24.325)</u>	<u>(15.197)</u>
Total - Outras receitas (despesas) líquidas	<u>(14.006)</u>	<u>(12.725)</u>	<u>(21.987)</u>	<u>(12.716)</u>

(ii) Refere-se à aplicação do CPC 25 ao contrato firmado com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) cujos custos para cumprimento e continuidade da prestação do serviço superam as receitas esperadas. Em 2023 foi revertida por completo a provisão do contrato oneroso (R\$ 1.105);

(iii) Em 2024, no consolidado, refere-se a baixa de incobráveis (R\$ 7.964) reconhecida no fundo FIDC Policard II. Em 2023, no individual, resultado positivo devido a reversões de provisão.

28 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita líquida antecipação serviços	19.080	19.648	19.080	19.648
Receita de aplicação financeira (i)	36.310	39.033	2.091	3.030
Juros ativos (ii)	1.008	1.380	1.008	1.380
Rendimentos sobre cotas do fundo de renda fixa	-	-	4.310	1.226
Receitas financeiras com partes relacionadas (nota explicativa 21)	6	11	6	11
Atualização de créditos fiscais	885	863	885	863
Descontos obtidos	1	5	1	5
Variação cambial ativa (iii)	24	90	24	90
Outras receitas financeiras	-	-	123	117
(-) PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(1.835)	(1.977)	(1.835)	(1.977)
Subtotal - receitas financeiras	55.479	59.053	25.693	24.393
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(101)	(1.378)	(101)	(1.378)
Despesas financeiras com partes relacionadas (nota explicativa 21)	(436)	(678)	(437)	(678)
IOF	(380)	(210)	(380)	(210)
Descontos concedidos	-	(195)	-	(196)
Juros passivos	(23)	(26)	(23)	(26)
Multas	(13)	(16)	(13)	(16)
Variação cambial passiva	(165)	(12)	(165)	(12)
Juros sobre arrendamento (CPC06)	(149)	(127)	(149)	(127)
Outras despesas financeiras	-	-	(25)	-
Subtotal - despesas financeiras	(1.267)	(2.642)	(1.291)	(2.643)
Total - Receitas (despesas) financeiras, líquidas	54.212	56.411	24.402	21.750

(i) O saldo de receita de aplicação financeira da controladora inclui R\$ 34.219 (R\$ 36.003 em 2023) de rendimentos sobre as quotas do FIDC II.

(ii) Referem-se a juros cobrados de títulos em atraso do contas a receber resultante de ações de cobrança intensificadas em 2023 e 2024.

(iii) Em 2024 variação cambial referente ao pagamento das invoices de Consultoria CD. Holding (nota explicativa 21).

29 Gerenciamento de riscos

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos através de seu uso de instrumentos financeiros:

- Riscos de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada tipo de risco mencionado acima, os objetivos da Companhia, as políticas e os procedimentos para mensuração e gerenciamento de riscos, assim como a gestão de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com as suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	4	65.060	67.224	86.450	93.132
Ativos financeiros	5	15.839	14.642	17.259	15.637
Contas a receber de clientes	6	81.384	105.189	148.719	181.064
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	90.113	102.574	-	-
Outros créditos	9	<u>20.538</u>	<u>18.977</u>	<u>20.680</u>	<u>18.977</u>
		<u>272.934</u>	<u>308.606</u>	<u>273.108</u>	<u>308.810</u>
Circulante		272.934	308.606	273.108	308.810

Contas a receber de clientes

Agindo de forma preventiva quando da concessão de créditos aos clientes, a exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Porém, a Administração da Companhia também considera os riscos por região, através de históricos de créditos com liquidação duvidosa. Dessa forma, a Administração estabeleceu políticas de créditos sob as quais cada novo cliente é analisado, visando a um tratamento adequado para diversas situações identificadas, tendo por base uma análise de crédito eficaz.

Por sua vez, para o gerenciamento dos riscos de crédito dos recebíveis já constituídos, a companhia efetuou aplicação da abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas, consoante com o CPC 48. Além disso, a Companhia busca pulverizar suas receitas

através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos.

Garantias

Para algumas operações do contas a receber da Companhia, que estão em atraso, foram apresentadas garantias reais, reduzindo o risco de crédito destas operações.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Alta Administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida da Companhia, o cumprimento de cláusulas, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Controladora			
2024	Fluxo de caixa	Até	Acima de
Passivos financeiros	contratual	1 ano	1 ano
Fornecedores conveniados	124.261	124.261	-
Crédito não consumidos pelos usuários	67.583	67.583	-
Obrigações sociais	6.270	6.270	-
Obrigações fiscais	1.378	1.378	-
Valores a pagar com partes relacionadas	1.001	1.001	-
Outros débitos e valores	14.181	14.181	-
	214.674	214.674	-
2023			
Passivos financeiros			
Fornecedores conveniados	146.885	146.885	-
Créditos não consumidos pelos usuários	70.959	70.959	-
Obrigações sociais	6.492	6.492	-
Obrigações fiscais	1.430	1.430	-
Valores a pagar com partes relacionadas	4.511	240	4.271
Outros débitos e valores	19.804	19.804	-
	250.081	245.810	4.271

Consolidado

2024	Fluxo de caixa	Até	Acima de
Passivos financeiros	contratual	1 ano	1 ano
Fornecedores conveniados	124.261	124.261	-
Crédito não consumidos pelos usuários	67.583	67.583	-
Obrigações sociais	6.289	6.289	-
Obrigações fiscais	1.379	1.379	-
Valores a pagar com partes relacionadas	1.021	1.021	-
Outros débitos e valores	14.217	14.217	-
	214.750	214.750	-
2023			
Passivos financeiros			
Fornecedores conveniados	146.885	146.885	-
Créditos não consumidos pelos usuários	70.959	70.959	-
Obrigações sociais	6.492	6.492	-
Obrigações fiscais	1.430	1.430	-
Valores a pagar com partes relacionadas	4.511	240	4.271
Outros débitos e valores	20.008	20.008	-
	250.285	246.014	4.271

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão, a Companhia não possui operações de derivativos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a empréstimos e financiamentos e a aplicações financeiras.

A Companhia não realizou a análise de sensibilidade para este risco, já que a maioria desses passivos está vinculada à taxa de juros prefixada, e compreende que qualquer mudança em passivos e ativos financeiros vinculados à taxa de juros fixa seria compensada entre si e produziria efeito no resultado irrelevante.

Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, dos credores e do mercado, assim como solidifica alicerces para o desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

Risco operacional

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, à tecnologia e à infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e os danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados às atividades e aos negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela recém-implementada Auditoria Interna, sobretudo quanto a revisões periódicas dos controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e o funcionamento adequados.

b. Demonstração dos ativos e passivos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

Controladora			
2024			
Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo Amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	65.060
Ativos financeiros	5	15.839	-
Contas a receber de clientes	6	-	81.384
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	90.113	-
Outros créditos	9	-	20.538
Passivos			
Fornecedores	14	-	(124.261)
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	(1.001)
Outros débitos e valores	19	-	(14.181)
Total		105.952	166.982
		(139.443)	

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Controladora				
2023				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	67.224	-
Ativos financeiros	5	14.642	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	105.189	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	102.574	-	-
Outros créditos	9	-	18.977	-
Passivos				
Fornecedores	14	-	-	(146.885)
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	(4.511)
Outros débitos e valores	19	-	-	(20.008)
		117.216	191.390	171.404

Consolidado				
2024				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo Amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	86.450	-
Ativos financeiros	5	17.259	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	148.719	-
Outros créditos	9	-	20.680	-
Passivos				
Fornecedores	14	-	-	(124.261)
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	(1.021)
Outros débitos e valores	19	-	-	(14.217)
Total		17.259	255.849	(139.499)

Consolidado				
2023				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	93.132	-
Ativos financeiros	5	15.637	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	181.064	-
Outros créditos	9	-	18.977	-
Passivos				
Fornecedores	14	-	-	(146.885)
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	(4.511)
Outros débitos e valores	19	-	-	(20.008)
		15.637	293.173	(171.404)

Durante o exercício não houve alterações em relação às classificações apresentadas no quadro acima.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Controladora					
	Nota	Valor contábil em 2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	15.839	-	15.839	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	90.113	-	90.113	-
	Nota	Valor contábil em 2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	14.642	-	14.642	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	102.574	-	102.574	-
Consolidado					
	Nota	Valor contábil em 2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	17.259	-	17.259	-
	Nota	Valor contábil em 2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	15.637	-	15.637	-

30 Eventos subsequentes

Em março de 2025, a Administração foi surpreendida pela revogação de um Mandado de Segurança Coletivo que concedia fruição de benefício sobre tese fiscal da qual a Companhia vinha se aproveitando. Dessa forma e, cumprindo com suas obrigações fiscais, registrou perdas no valor de R\$ 8.031 referente ao retorno dos valores aproveitados para os cofres públicos.

A Administração da Companhia ressalta sobre as novas vertentes trazidas pela nova Lei do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) em 2023 e que, em 2024, permaneceram em discussão e sem decisão até a publicação das demonstrações financeiras.

* * *

Diretoria

Alexandre Nani
Diretor Financeiro

Thomas Pillet
Diretor Geral

Controladoria

Yalis Kluska Rosa
Contadora CRC-SP-1SP258872/O-7